

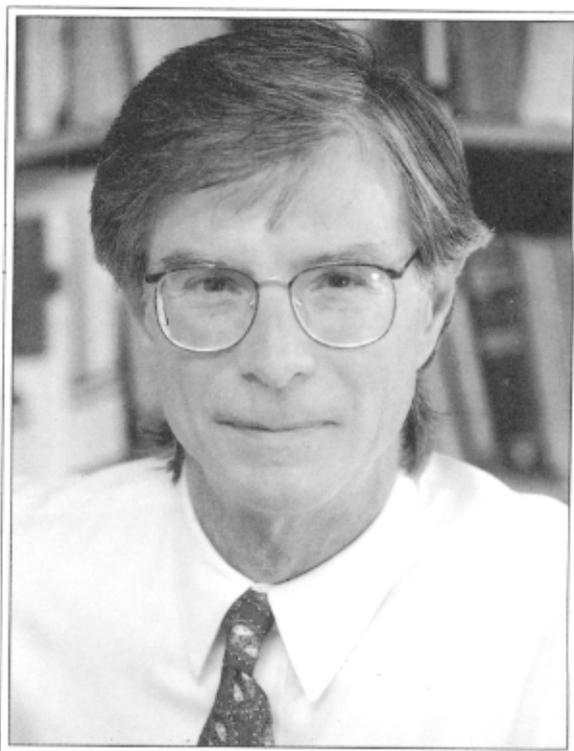
## AS RELAÇÕES ESTADOS UNIDOS—AMÉRICA LATINA:

ENTREVISTA COM O PROFESSOR PETER H. SMITH\*

Por: Ricardo U. Sennes, Heitor Frugoli Jr. e  
Gessé Marques Jr.  
Tradução: Andrea Bueno Buoro\*\*

*Talons of the Eagle: dynamics of U.S.—Latin American relations* (Oxford University Press, 1996), o mais recente livro do professor Peter H. Smith, tem como proposta compreender a natureza das relações interamericanas a partir de uma perspectiva histórica, com ênfase no período pós-Guerra Fria, a chamada “Era da Incerteza”. Assim, estende seu escopo de análise do período da Doutrina Monroe, em finais do século XIX, aos dias de hoje, buscando estabelecer o que denominou de “*conceptual framework of the changing patterns of inter-American relations*” (quadro de referência conceitual da mudança de parâmetros nas relações internacionais).

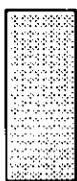
Um destacado mérito do livro é a forma interativa com que trata as ações externas dos Estados Unidos na região, nas diferentes fases, e as correspondentes respostas estratégicas adotadas pelos diversos países latino-americanos. Este mesmo exercício analítico é utilizado para traçar as principais características e possibilidades do desenvolvimento dessas relações na atual fase, pós-Guerra Fria.



Professor Peter H. Smith

\* Entrevista realizada em 12 de dezembro de 1995.

\*\* Pesquisadores-visitantes do CILAS. Ricardo U. Sennes (mestrando do Depto. de Ciência Política/USP e bolsista do Woodrow Wilson International Institute); Heitor Frugoli Jr. (doutorando do Depto. de Sociologia/USP e bolsista do convênio CAPES/Fulbright); e Gessé Marques Jr. (doutorando do Depto. de Sociologia/USP e bolsista da CAPES); Andrea Bueno Buoro é mestranda do Depto. de Antropologia/USP.



Esse livro reveste-se de particular importância ao focar, sob nova perspectiva, temas contemporâneos dessas relações, como a questão da integração econômica e a formação de blocos como o *NAFTA* ou o *MERCOSUL*, além de examinar realisticamente temas de natureza geopolítica norte-americana, como a guerra contra o tráfico de drogas e as medidas antiimigratórias.

Concluído o Ph.D. na *Columbia University* em 1966, Peter Smith inicialmente concentrou seus estudos no México e Argentina, estendendo posteriormente seu interesse por toda a América Latina. Dentre outros livros publicados, cabe destacar sua co-autoria com Thomas Skidmore em *Modern Latin American* (1984), hoje em sua terceira edição (1992), além da recente edição dos livros *Drug policy in the Americas* (1992), *The challenge of integration: Europe and the Americas* (1993) e *Latin America in comparative perspective* (1995).

Peter Smith já lecionou na *University of Wisconsin-Madison* e no *Massachusetts Institute of Technology* – MIT. Hoje, ele se encontra na *University of California, San Diego* – UCSD, onde é professor do Departamento de Ciência Política e professor-adjunto dos Departamentos de História e de Relações Internacionais; além disso, dirige o *Center for Iberian and Latin American Studies* – CILAS, instituição designada recentemente pelo Departamento de Educação norte-americano como centro nacional de recursos para estudos latino-americanos (em consórcio com o *Latin American Center at San Diego State University*).

Foi no CILAS, que atualmente congrega diversos pesquisadores brasileiros e projetos de pesquisas que incluem o Brasil, que Peter Smith concedeu esta entrevista sobre *Talons of the Eagle*.

**P. Você adota em seu trabalho dois pressupostos básicos: em primeiro lugar, que as relações entre os Estados Unidos e a América Latina derivam de um sistema global, sendo um subsistema deste, e, em segundo lugar, que esta relação tem tido uma certa regularidade estrutural. Em que estes pressupostos se diferenciam da análise de outros autores? Quais são as principais conseqüências analíticas desses pressupostos?**

**R.** Eu penso que o ponto de partida analítico, se não a própria conseqüência, é sustentar que as relações entre os Estados Unidos e a América Latina não são singulares, imaginárias ou volúveis. Elas não são reflexo de um impulso individual de um líder carismático ou sedento de poder. Elas também não são o resultado de propensões psicológicas por parte dos norte-americanos ou latino-americanos. Há uma tendência, neste país, de se descaracterizarem reações da América Latina aos Estados Unidos, de se considerá-las como o reflexo de algum tipo de inconsistência emocional, ou de se colocá-las no plano da chamada relação de amor e ódio com os Estados Unidos. Então, de certa forma esses pressupostos são tanto ponto de partida quanto conclusão da análise. Um desses pressupostos é contestar tais orientações com a afirmação de que as relações entre os Estados Unidos e a América Latina cabem num quadro de referências maior,



que reflete as características do sistema internacional como um todo, e que as reações da América Latina são, normal e freqüentemente, respostas estratégicas racionais ao poder dos Estados Unidos. Assim, de certa forma, uma outra consequência é focalizar menos nos aspectos morais da conduta tanto de um quanto de outro, e mais nas opções estratégicas calculadas racionalmente e disponíveis para ambos os lados. Há talvez mais um tom de ironia que de afronta neste trabalho. Eu acho que os Estados Unidos agiram da forma que os poderes emergentes ou dominantes do mundo tendiam a agir, e que a América Latina reagiu, dado um menu limitado de opções, de forma pensada e estratégica ao poder norte-americano. Assim, estes pressupostos são, de certa forma, tanto o ponto de partida como as consequências analíticas do trabalho.

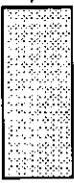
**P. Seguindo este ponto, você considera ainda que as relações entre os Estados Unidos e a América Latina, apesar de dramaticamente assimétricas, não chegam a ser definidas unilateralmente. Desta forma, a cada período histórico tratado, você aponta algumas opções que estiveram disponíveis para os países da América Latina. Como estas considerações se refletem em seu trabalho?**

R. Elas estão refletidas, em primeiro lugar, pelo foco em três grandes períodos históricos: o que eu chamei de Era Imperial, compreendendo o período do início do século XIX até a década de 1930; a Guerra Fria, que se estende da década de 40 ao fim da década de 80; e o período que se inicia em 1989, ou 1990, até o presente, que eu

chamei de Era da Incerteza. De fato, o foco está nas interações dos Estados Unidos com a América Latina. Grande parte da literatura produzida nos Estados Unidos a respeito desse relacionamento tende a focar as políticas norte-americanas em relação à América Latina. Há uma extensa literatura a respeito de tais políticas, e há muito pouco a respeito das respostas estratégicas latino-americanas. Uma das contribuições que eu quis trazer com este livro foi resgatar, realçar e enfatizar as reações da América Latina ao poder emergente dos Estados Unidos, e demonstrar que houve um menu de opções para essas reações, o qual foi se modificando sob as diversas circunstâncias particulares a cada um daqueles três períodos. Na minha opinião, falando em termos gerais, houve diferentes menus de opções para a América Latina, e as mudanças destes menus realmente determinaram a gama de alternativas disponíveis. Isto nos ajuda a entender o tipo de respostas efetivamente produzidas por esta ante à emergência ou à afirmação do poder dos Estados Unidos.

**P. Entre os países da América Latina existem enormes diferenças de tamanho, desenvolvimento econômico, opções estratégicas, grau de comércio com os Estados Unidos e nível de relação com outros poderes do mundo. Estas diferenças provavelmente se refletem nas relações entre os Estados Unidos e a América Latina. Como você trata esta questão?**

R. De uma forma bastante genérica. O estudo, para aqueles que o lêem bem, apresenta uma visão geral, e, naturalmente, algumas distinções e



diferenciações são reconhecidas em vários momentos, mas não totalmente exploradas. Entretanto, ao longo do livro, pode-se ver duas ou três grandes diferenciações, ou campos de conflitos ou preocupações. Uma se refere ao México e Caribe, que receberam uma intensa atenção dos Estados Unidos em vários momentos e foram o terreno da expansão territorial desse país ao longo do século XIX e de intervenções militares, especialmente no início do século XX, embora também tenhamos visto recentemente ocupações militares no Panamá e no Haiti. Assim, de alguma forma, uma das preocupações do livro é demonstrar o quanto a política dos Estados Unidos para com a América Latina esteve fortemente focada no México, América Central e Caribe. Durante a Guerra Fria, de algum modo todos os países do Terceiro Mundo eram considerados da mesma forma no contexto global, fato percebido em função da disputa entre os Estados Unidos e União Soviética. No presente período, há uma pequena reversão na ênfase da política dos Estados Unidos quanto àquelas regiões. Em segundo lugar, na América do Sul, há claramente a questão do Brasil e de outros países. O Brasil esteve, ou tem estado, em relação aos Estados Unidos, na posição única de ter sido várias vezes um aliado, várias vezes um rival, e, às vezes, ambos. Apenas o Brasil teve, realmente, a opção e as oportunidades de manter tal estratégia. A Argentina, no final do século XIX e início do XX, também se viu como um outro tipo de rival dos Estados Unidos e parceira de pretensos aliados europeus. Mas a estratégia argentina, apesar de parecer coerente naquele tempo, não era corro-

borada por sua real disponibilidade de recursos de poder. O Brasil tem claramente uma gama maior de possibilidades e recursos, e eu creio que o que vemos atualmente é, por assim dizer, uma grande incerteza por parte dos Estados Unidos sobre como lidar com o Brasil. Eu acho que não está claro para a administração Clinton e o governo dos Estados Unidos como um todo se o Brasil é um aliado ou um rival; na realidade, provavelmente os dois.

**P. Você critica os autores que vêem as relações entre os Estados Unidos e a América Latina na década de 90 como um período de prosperidade e concordância. Por quê? Quais seriam os aspectos principais dessa relação, na chamada Era da Incerteza?**

**R.** De fato, em parte fui estimulado a escrever este livro por causa do que eu considero ser um otimismo excessivo, da parte de muitos autores, a respeito do impacto do final da Guerra Fria para as relações entre os Estados Unidos e a América Latina. Havia uma crença generalizada neste país, entre especialistas e também na mídia em geral, de que sem a Guerra Fria, sem a intervenção da União Soviética, todos os problemas existentes nas relações dos Estados Unidos com a América Latina desapareceriam e que as duas regiões poderiam retornar a uma harmonia natural de interesses. Uma harmonia entendida como sendo de interesses econômicos, refletida por vários fatores: pelos movimentos de livre-comércio; pelo poder e presença do “Consenso de Washington” a respeito das reformas econômicas na América Latina; e também por algumas das primeiras



aberturas dos anos 90, que trouxeram uma reconciliação entre o México e os Estados Unidos, países que sempre tiveram uma relação complicada. Havia também a crença de que a perceptível emergência do Chile como um modelo de reforma econômica fariam com que outros países da América Latina o copiassem, e isto também estava de acordo com o “Consenso de Washington” e com o interesse do governo norte-americano. Eu sou crítico desta visão porque a acho simplista. Em parte ela é verdadeira, pois com o final da Guerra Fria as tensões ideológicas, se não desapareceram, foram certamente reduzidas. Pelo menos o tipo de tensão ideológica visto anteriormente praticamente desapareceu. Pressões geopolíticas são muito menores atualmente e há alguma base objetiva de harmonia ou conjugação de interesses econômicos. Mas eu acho que, ao mesmo tempo que irá resolver problemas, a implementação do “Consenso de Washington” criará outros, especialmente porque, em primeiro lugar, a desigualdade social e na distribuição de renda nos países que adotaram as medidas por ele propostas estão aumentando ao invés de diminuir, o que vem provocando, nesses locais, tensões sociais internas. Em segundo lugar, alguns países estão em melhor situação para passar por estas reformas que outros. Desta forma, pode ser que encontremos uma estratificação entre países capazes de passarem por estas reformas, e, por consequência, de se aliarem aos Estados Unidos através do NAFTA [*North American Free Trade Agreement*], e países que não são capazes, não querem ou não podem passar por estas reformas, e que, por consequência são deixados

de lado deste suposto círculo privilegiado representado pelo NAFTA e, implicitamente, pela chamada ALCA [Área de Livre Comércio das Américas, proclamada em Miami em dezembro de 1994]. Desta forma, a estratégia econômica tem suas próprias contradições. Além disso, acho que uma outra grande contradição está no fato de que, ao mesmo tempo que os Estados Unidos afirmam desejar laços econômicos mais intensos com a América Latina e com latino-americanos, querem, com estes, menos relações sociais e culturais. Agora, como vocês sabem, o Estado da Califórnia aprovou por uma larga margem de votos a chamada proposição 187, que realmente reflete uma reação xenofóbica contra o México e os mexicanos e latino-americanos em geral. Nós estamos vendo movimentos “só-pelos-americanos” por todo os Estados Unidos, e há uma crescente tensão cultural no país, representada, por exemplo, pela candidatura de Patrick Buchanan, como também pelas tensões sociais. Então, eu acho que a grande contradição é que não se pode ter relações econômicas mais intensas sem relações sociais e culturais também mais intensas, e a postura geral dos Estados Unidos, tal como eu vejo, é intensificar as relações econômicas mas ver-se longe da influência social e cultural, e eu acho que isto não só é impossível como também indesejável.

**P. Estas relações de caráter econômico, em que a dimensão cultural é deixada de lado, também se repetiram na história?**

**R.** É uma boa questão. Deixe-me, por um momento, não tratar diretamente dela. Vamos dizer,



por exemplo, que o Mercado Comum Europeu desde o início previu não somente estreitar relações econômicas, mas também estreitar relações políticas, sociais e culturais entre os seus membros. Isto, para mim, significou uma visão realista do que seja um processo regional de integração. Voltando à sua questão, eu penso que quando estávamos procurando estreitar os laços econômicos com a América Latina antes da Segunda Guerra, em geral os Estados Unidos foram capazes de seguir este tipo de estratégia sem correr o risco de, por assim dizer, contaminar-se por grandes influências sociais e culturais. Isto é, os investimentos externos no México e no Caribe podiam ser protegidos pelos *marines* que se deslocavam para esses países, ao invés de as suas populações se deslocarem para os Estados Unidos. Uma exceção, obviamente, foi a emigração mexicana para os Estados Unidos iniciada em meados do século XIX, quando anexamos metade do México. Mas também chegaram ondas desses imigrantes durante a Revolução Mexicana e a Primeira Guerra, e nós os expulsamos vigorosamente e deportamos trabalhadores mexicanos durante a depressão dos anos 30. Portanto, este poderia ser um precedente para o tipo de modelo que vemos hoje. Mas eu penso que isto é também um precedente isolado, e que em geral a concomitância social e cultural das imigrações econômicas são hoje muito mais fortes e muito mais palpáveis: os fluxos de imigrações vêm de todas as partes do Caribe, América Central e México, assim como de alguns países sul-americanos. Dada a revolução tecnológica, as conexões culturais são mais automáticas e muito mais

espalhadas. E nós temos uma maior população de origem latino-americana nos Estados Unidos, um dos motores destas influências culturais. Assim, eu concordaria que, em tese, o modelo tem um precedente, mas que o poder das conexões culturais e sociais é muito mais forte hoje que nos períodos anteriores.

**P. Tentando explorar um dos aspectos da Era da Incerteza, atualmente estamos assistindo à implementação de um programa antitráfico de drogas envolvendo os exércitos e forças policiais dos países entre a fronteira sul dos Estados Unidos, o México, e o Panamá, mas sob coordenação do primeiro. Isto pode ser entendido como uma marca das atuais relações dos Estados Unidos com a América Latina?**

**R.** Eu concordo com você. Eu acho que isto, o controle e o tráfico de drogas, é uma das questões mais presentes na agenda dos Estados Unidos. Conforme nos aproximamos dos ciclos eleitorais nos Estados Unidos, estas preocupações com drogas sempre aumentam, pois é um bom tema eleitoral. Os políticos gostam de concorrer com o lema contra as drogas. Este ciclo está, agora, começando aqui e eu penso que ele é responsável por parte do ímpeto que há por trás destas ações. Além disso, esta nova colaboração com os militares traz, a estes, uma nova tarefa. Uma questão sempre esteve presente: o que fazer com os militares agora que a Guerra Fria acabou? Uma das coisas é mobilizá-los na guerra contra as drogas, principalmente se nós pudermos fazê-lo claramente sob a liderança, a coordenação e o comando dos Estados Unidos. Quer dizer, não está



claro para mim se o México teria tomado alguma iniciativa neste campo se não fosse pela contínua e incessante pressão dos Estados Unidos para fazer algo a respeito das drogas e do tráfico. De fato, o México tem um problema que diz respeito ao poder dos cartéis no país. Mas isto é diferente. Lidar com os cartéis mexicanos é diferente desse tipo de operação internacional para apreender largas quantidades de cocaína. Você pode apreender uma grande quantidade de cocaína sem quebrar os cartéis. Então, os problemas e estratégias são razoavelmente diferentes. Entretanto, esta é uma área sobre a qual podemos tecer considerações: o que aconteceria se os Estados Unidos pressionassem o Brasil e outros países da América do Sul para entrarem nesta ação? Vamos considerar o caso do Brasil, onde há uma boa quantidade de drogas transitando, alguma lavagem de dinheiro... Não seria surpreendente que o Brasil estivesse envolvido em algum grau no processamento, tráfico e rotas de drogas. Mas se os Estados Unidos tentassem exercer pressão nesse país, tal qual como no México, eu acho que a reação seria fortemente negativa. Os militares brasileiros são qualitativamente diferentes daqueles da América Central. Isto diz respeito tanto ao poder dos Estados Unidos com relação aos menores países da América Central e ao México, onde esta operação vem ocorrendo, como, por extensão, aos conflitos potenciais com países como o Brasil, onde os Estados Unidos estão tentando estender sua influência.

**P. Um dos dados presentes no seu livro é que os Estados Unidos dispenderam algo como 38,4**

**bilhões de dólares entre 1946 e 1987 em ajuda militar e econômica para a América Latina e, ao mesmo tempo, 65 bilhões de dólares somente na guerra às drogas, durante as gestões Reagan e Bush. Essa quantidade de dinheiro é discrepante, e podemos dizer que a guerra contra as drogas não tem sido bem-sucedida.**

**R.** Não foram bem-sucedidas e também não o serão. Eu não me recordo dos números exatos, mas vou considerar que se você os tomou do meu livro estão corretos [risos]. Sua questão levanta a questão do por que as guerras contra drogas se intensificaram tanto a partir de meados da década de 80, assim como a quantidade de dinheiro envolvida. Eu penso que é porque os filhos da classe média branca começaram a se envolver com drogas pesadas no final da década de 70 e início dos 80, principalmente cocaína. Então, o interesse inicial por detrás da guerra contra as drogas – e o grande crescimento deste interesse – era proteger “nossas” crianças. Eu coloco este “nossas” entre aspas, pois significa especificamente os filhos da classe média branca que estavam usando drogas pesadas em colégios de subúrbio, principalmente cocaína, mas também drogas farmacêuticas, preparadas quase que exclusivamente, eu devo dizer, aqui nos Estados Unidos. Esta, então, era a primeira preocupação, a do *establishment* político e econômico americano de proteger seus filhos. Depois, em meados da década de 80, veio o desenvolvimento do *crack*, que respondeu a diversos fatores: em primeiro lugar, o excedente de cocaína no mercado; em segundo, um avanço tecnológico representado pela invenção de como fazer o *crack*; e finalmente, uma inovação de



*marketing*, que foi vender o *crack* em doses únicas bem pequenas, de forma que não era mais necessário ser rico para usar cocaína, pois podia-se comprá-lo por dois, quatro ou cinco dólares cada pedra, e isto tornou-o disponível nos centros das cidades. Quando isso aconteceu, eu creio que houve uma postura ingênua quanto ao perigo que ele representava. As drogas estavam entrando no centro das cidades não para a população branca de classe média, mas para a população latina e a afro-americana, para a população não-branca, e estas eram vistas como as classes perigosas, as que poderiam realmente promover instabilidade ou insegurança na sociedade americana. Houve, então, um fator de medo real, isto é, quando os filhos da classe média branca das escolas de subúrbio pararam, mais ou menos, de usar cocaína e voltaram às bebidas alcoólicas, a preocupação com a proteção das “nossas” crianças passou para um medo real, de terror, quanto ao que estava acontecendo nos centros das cidades, e, por consequência, quanto ao que poderia acontecer fora dos centros das cidades. Por todas essas razões, é politicamente bastante popular concorrer nas campanhas com o lema contra as drogas e manter as guerras contra elas. Todas as análises a respeito da efetividade da estratégia dos Estados Unidos desde o final dos anos 80 são unânimes em dizer que o tipo de estratégia atual não funciona nem nunca funcionará, que não se pode acabar com o consumo de drogas tentando erradicar a produção de drogas na sua raiz. Ou seja, esta é a forma como se dão as guerras sujas contra as drogas na América Latina. Há estudos que mostram, a partir da perspectiva de várias disciplinas, que isto não

pode e não vai funcionar. Que há formas melhores, e mais úteis, de gastar este dinheiro, principalmente em educação para prevenção, tratamento e terapia dos viciados em drogas. Isto é bem-sabido há quase dez anos, mas é politicamente popular manter estas guerras contra as drogas. E é politicamente popular condenar as drogas da forma como tem sido feito na sociedade. E como isto é uma grande tentação para os políticos, é provável que continuemos a ver esta estratégia.

#### **P. Mas o problema está sempre fora....**

**R.** Parece ser assim. Está certo, o *establishment* político dos Estados Unidos aponta o seu dedo para a América Latina e diz : “Você é a fonte de nosso problema com drogas. O problema que temos com drogas é culpa sua”. É um argumento extremamente absurdo. De volta às questões econômicas básicas, só há oferta quando se tem demanda. A questão é a demanda e isto é o que os analistas todos dizem: este é o problema básico, e a forma de reduzir a oferta é diminuir a demanda. Todos eles dizem isto. É o bê-a-bá da economia, começando do primeiro capítulo. É a realidade objetiva, mas, para os Estados Unidos, a tentação política é de dizer: “Este não é um problema nosso, nós não temos problemas em nossa sociedade. Este é um problema que foi importado da América Latina, dos Andes, da Colômbia, do México”, e será, inevitavelmente, do Brasil, conforme se estabelecerem mais rotas não tanto para a Europa mas para os Estados Unidos. E isto é simplesmente uma retórica política que apela para o eleitorado norte-americano e para a auto-satisfação dos políticos e que alimenta a própria



idéia das guerras contra as drogas. Não tem nenhuma base intelectual real. É simplesmente a forma como o nosso sistema político lida com este tema em particular.

**P. Voltando às questões mais gerais do seu livro, você indica que apenas dois países no período pós-Segunda Guerra tiveram condições de exercitar sua hegemonia regional na América Latina: o Brasil na década de 70 e o México no início da década de 80. Como os Estados Unidos poderiam reagir a esse tipo de estratégia nos anos 90, possivelmente articulada por um destes países?**

R. Bom, eu penso que teoricamente os Estados Unidos reagiriam da forma como reagiram historicamente às ameaças perceptíveis em relação à sua hegemonia no hemisfério: negativamente. Eu acho que, para o México, este desafio é atualmente muito mais fraco por causa de sua atual crise monetária e sua crise política. Mas ainda assim isto é importante: se o México tivesse sido capaz de continuar com a estratégia inicialmente desenhada por Salinas, de formar um grupo de poder sub-regional sob a liderança mexicana, tanto através da posição do México no NAFTA como através da formação de uma estratégia envolvendo um acordo sub-regional de livre-comércio com outros países, a questão ainda se colocaria. O Brasil, não apenas na década de 70 mas também, na minha opinião, hoje, com a proposta para o ALCSA [Acordo de Livre-Comércio da América do Sul], também representa uma outra estratégia potencial de hegemonia ou domínio sub-regional. Eu devo dizer que acho

totalmente racional países como o México e o Brasil tentarem fazer isto. É assim que os países agem na arena internacional. Então, penso ser razoável ou compreensível que países desejosos de fazer isto assumam que o cálculo de custo – benefício trabalhe a seu favor. Os Estados Unidos não gostarão disto. Vamos supor que o Brasil seja capaz de estabelecer o ALCSA colocando-se a si próprio como o líder inquestionável. Os Estados Unidos teriam então que assumir que o Brasil é um aliado leal e confiável. Isto pode acontecer em muitos aspectos mas pode também não acontecer. Ou seja, a questão da autonomia e soberania viria à tona aqui, e eu acho que a estratégia básica dos Estados Unidos, ao longo de todo o período histórico que estudei, é estender e expandir sua influência sobre a América Latina, sobre o hemisfério. Mas penso que este não é o caso. A questão tem sido como fazer isto, por que fazê-lo e que instrumentos usar. Eu não vejo nenhuma mudança atualmente. E não antecipo nenhuma razão para mudanças. De fato, muito do enaltecimento que tem acompanhado o “Consenso de Washington”, o senso de vitória na Guerra Fria etc, realmente representa uma ratificação das tentativas dos Estados Unidos de estabelecer e manter a agenda no hemisfério.

**P. Não sei se é possível dizer isto, mas as mudanças trazidas pelo MERCOSUL e a expansão da integração na América do Sul poderiam significar um ponto de inflexão nas relações dos Estados Unidos com a América Latina. Você concorda? Em que medida isto questionaria seu modelo?**



R. Eu acredito que poderia. Mas acho que não o fizeram ainda; o potencial está lá. De toda forma, eu fico com o modelo tal como ele está agora. Naturalmente, eventos futuros podem mudar as coisas. Eu penso que existem muitos níveis no modelo. No nível mais geral, o modelo, na sua forma abstrata, sustenta que os Estados Unidos respondem largamente às realidades globais internacionais, às regras que prevalecem no jogo internacional. Segundo estas regras, o Estados Unidos procuraram expandir e consolidar sua influência sobre a América Latina. A América Latina, dadas as suas assimetrias de poder e muitas das opções disponíveis a ela, procurou responder à afirmação de poder dos Estados Unidos. Então, neste nível geral, acredito que o modelo — se é que ele seja realmente um modelo, se é que podemos chamá-lo assim —, ainda se mantém de pé. Uma questão mais pontual é se movimentos como o MERCOSUL representam uma oportunidade ou uma condição para a América Latina criar recursos de poder ou bases para desafiar o poder dos Estados Unidos, ou pelo menos reduzi-lo. Uma das estratégias ou idéias persistentes ao longo da história recente tem sido o que eu chamo neste livro de “sonho bolivariano”: a idéia de uma unidade continental, ou pelo menos uma unidade regional entre os países latino-americanos ou muitos destes, para combater o poder dos Estados Unidos. Então, penso que isto já existia antes de ser incorporado à análise. No livro, eu opino que o “sonho bolivariano”, na sua forma regional, não está disponível para a América Latina atualmente. O México já se associou à América do Norte, e acho que as condições objetivas para o que

Bolívar vislumbrou regionalmente como uma ampla aliança simplesmente não estão presentes. Claramente, o MERCOSUL representa um tipo de agrupamento sub-regional que hoje tem enorme vitalidade e dinâmica. Não acredito que os Estados Unidos, pelo menos, vejam isto como um desafio. Eu acho que isto está previsto em muitos dos princípios do “Consenso de Washington”, ou pelo menos parece estar. Até muito recentemente, o MERCOSUL orientou-se fortemente no sentido da sua integração ao NAFTA, ou como primeiro passo em direção ao ALCA, com os Estados Unidos. Então, pelo menos até agora, não creio que Washington tenha visto isto como algum tipo de desafio à reestruturação das relações que se seguiram ao final da Guerra Fria no hemisfério ocidental. Isto poderia mudar se as relações entre os países do MERCOSUL e os Estados Unidos se alterassem, se esta reaproximação ou este “namoro” entre o MERCOSUL e a União Européia se tornasse alguma coisa nova, forte e vital capaz de modificar as coisas. Mas ainda não estou convencido de que isto esteja significando uma mudança na equação de poder. Poderia ser, mas eu não acho que seja assim atualmente. É assim que eu vejo.

**P. De acordo com sua análise a respeito das opções estratégicas da América Latina nos anos 90, a única exceção ao alinhamento direto aos Estados Unidos seria um projeto de hegemonia sub-regional brasileira. Como você explicaria esta particularidade?**

R. Deixe-me responder indiretamente à questão dizendo que, em primeiro lugar, uma das desco-

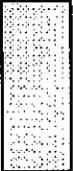


bertas mais interessantes dessa análise, e que não era algo que esperava quando eu iniciei o trabalho, refere-se ao quão menor é o menu de opções, na minha opinião, para a América Latina hoje, se comparado com o da Era Imperial ou com o da Guerra Fria. Este dado, para mim, foi uma surpresa. Eu poderia tê-lo percebido no início do trabalho, mas só o fiz quando o estava terminando. Uma das conseqüências disto, ou implicações, ou resultados deste ponto de vista – que está realmente direcionado aos norte-americanos – é a conclusão de que as estratégias latino-americanas de cooperação com os Estados Unidos podem não significar uma grande mudança ideológica e podem também não significar que de repente os povos da América Latina tenham decidido admirar e valorizar os Estados Unidos de uma forma que não o faziam anteriormente. Os Estados Unidos estão acostumados a utilizar metáforas com relação aos cidadãos latino-americanos, perguntando-se se eles “cresceram”, se eles já estão “maduros”, se já se tornaram “racionalis”... A implicação desta análise é dizer que a razão pela qual os governos latino-americanos estão atualmente cooperando – ou parecem estar cooperando – com os Estados Unidos, é que eles não têm propriamente outra opção, que muito poucas opções restaram. E isto é bastante diferente da afirmação de que esta mudança se deu porque os povos ou governos da América Latina perceberam que os Estados Unidos estavam certos. Então, esta parte do argumento é direcionada às lideranças norte-americanas. A implicação deste argumento para líderes latino-americanos, intelectuais ou estu-

dantes, como nós, é explorar e procurar outras opções plausíveis. Ou seja, pode ser que o menu de opções seja hoje bem pequeno, mas existiriam formas de aumentar este menu? Então, eu penso que há este duplo aspecto. De fato, as opções historicamente disponíveis, ou as que foram escolhidas, estenderam-se do sonho bolivariano, que já discutimos, à revolução socialista – que nesta era antimarxista pós-Guerra Fria é simplesmente impossível – e à aliança com poderes extracontinentais. Inicialmente, na Era Imperial, com os poderes europeus; durante a Guerra Fria, com a União Soviética, que agora desapareceu. A implicação disto é, pelo menos, iluminar o tipo de relação entre os Estados Unidos e a América Latina, e demonstrar, conseqüentemente, que, nos dias de hoje, entre os países da América Latina o Brasil se encontra em uma posição única. Apenas o Brasil possui realmente a opção estratégica de uma agenda sub-regional. Eu creio que a alternativa mexicana desapareceu. De fato, ela sempre representou uma perspectiva pouco realista, mas eu não acho que o Brasil tenha esta opção, pelo menos no momento.

**P. Você poderia detalhar porque o Brasil possuiria essa opção estratégica?**

**R.** Bem, em parte por causa do tamanho e poder, em parte porque o Brasil é uma das nações que conseguiu resistir ao alinhamento direto às propostas do “Consenso de Washington”. Eu creio que esse país foi capaz de assegurar e manter sua autonomia em alto grau. Então, o Brasil tem essa opção, essa disponibilidade potencial. Por um lado, como disse, por causa de seu tamanho, seus



recursos, sua riqueza e suas bases de poder objetivas. Por outro lado – e isto tem a ver com as políticas que o país seguiu desde meados da década de 80 a meados da década de 90 –, por ser um país que conseguiu manter e afirmar sua autonomia durante a crise da dívida, não se curvando às pressões dos grupos banqueiros internacionais, tanto quanto, vamos dizer, o México. Ele também demonstrou uma real relutância em absorver completamente as medidas do “Consenso de Washington”. Em parte porque o Brasil tem uma estrutura industrial exportadora e em parte porque tem uma opção política que parece ser a de não chegar muito perto dos Estados Unidos. Esta política foi polêmica e nem sempre bem-sucedida. O caso da reserva de mercado para computadores, por exemplo, é, na minha opinião, uma política de grande imaginação e bons propósitos que talvez objetivamente não tenha funcionado da forma pensada pelos seus autores, mas que, ainda assim, representou esse tipo de desejo e aspiração. Eu penso que um dos benefícios dessas políticas é o Brasil ter agora uma flexibilidade maior que os outros países que seguiram outro tipo de caminho, sendo o México e o Chile os casos exemplares.

**P. Para finalizar: poderíamos associar essa particularidade brasileira no contexto da relação Estados Unidos e América Latina com o aumento do interesse acadêmico sobre o Brasil, na área das ciências sociais? Como diretor de uma instituição como o CILAS, o que você acha disto?**

**R.** Eu acho que sim. Tem existido uma tendência,

por parte dos cientistas sociais nos Estados Unidos e especialistas em América Latina, de focar os países de língua espanhola da região, seja por causa da proximidade do México e Caribe, ou por causa de suas opções políticas, que já discutimos anteriormente, seja porque o Brasil sempre pareceu ser um caso diferente, um caso especial, e, portanto, difícil de acomodar e de ser incorporado na análise. Eu acho que isto está mudando. Realmente, nos Estados Unidos, os estudos, os trabalhos de ciências sociais a respeito do Brasil praticamente começaram tarde, somente na década de 60. O impulso inicial dos anos 60 e 70 teve uma recaída na década de 80, em parte por razões econômicas. Eu acredito que atualmente estamos em um novo momento dos trabalhos de ciências sociais a respeito da América Latina, havendo um crescente interesse pelo Brasil, e não apenas pelo Brasil como um país especial, único, que não guarda relação com outras partes da região, mas como um país de uma região que se encontra em circunstâncias especiais. Penso que há, aqui, uma tendência de se dividir a comunidade acadêmica entre os brasilianistas e o resto. E eles não têm conversado uns com os outros tanto quanto eu acho que deveriam. Acredito também que há muito o que ganhar em estudos sobre o Brasil ou alternativas brasileiras em comparação, vamos dizer, com a Índia ou mesmo a China, enquanto grandes países que têm um tipo específico de problemas ou oportunidades. Mas se olharmos a população de estudantes aqui na UCSD [Universidade da Califórnia, San Diego] – onde temos, infelizmente, bem poucas pessoas do quadro docente estudando o Brasil —, como



vocês sabem, pelo menos na área da ciência política há vários estudantes, eu creio que metade dos estudantes de América Latina estão escrevendo teses sobre o Brasil. Então, eu acho que isto é um bom sinal. Isto é uma das coisas que

nós ainda temos que trabalhar, e esta é uma das razões pelas quais, neste nosso modesto centro, aqui na UCSD, estamos tão interessados em trazer brasileiros e tentar desenvolver mais contatos com o Brasil.■